



PRIVATIZAÇÃO AS PRAIAS

BIO **IN**
SITU

VOL. 1, N. 4 2024
BIOLOGIA IN SITU | 4ª EDIÇÃO



01042024



pág.5

JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

pág.7

OCUPAÇÃO DAS PRAIAS PELO SETOR TURÍSTICO E SEUS IMPACTOS

pág.10

REGULAÇÃO E GOVERNANÇA

ÍNDICE

pág.12

IMPACTO AMBIENTAL

pág.14

UM OLHAR GLOBAL SOBRE DIREITOS E ACESSO

pág.16

MARKETING PESSOAL

pág.20

CRIAÇÃO DE CONTEÚDO

pág.22

NOSSAS PRAIAS, NOSSO DIREITO!



FOTO DE CAPA

Banco de imagens: freepik.com
Edição: Design Bio in Situ

SOBRE O BIOLOGIA IN SITU

O podcast Biologia In Situ é uma iniciativa de divulgação científica em biologia criada por um grupo independente.

Os programas são publicados, semanalmente, no site biologiainsitu.com.br e nos agregadores de podcasts como Spotify, Deezer e Apple Podcasts.

O podcast pode ser apoiado através das plataformas [Orelo](https://www.orelo.com.br) e [Apoia.se](https://apoia.se) e no PIX pela chave: cartinhas@biologiainsitu.com.br



CLIQUE NO SÍMBOLO
E CONHEÇA NOSSO
INSTAGRAM



CLIQUE NO SÍMBOLO
E CONHEÇA NOSSO SITE

Revista Biologia In Situ [recurso eletrônico] v. 1,
n. 4, 2024. Rio de Janeiro, RJ: Biologia In Situ
Podcast. Organizadores: Cristianne Santana
Santos, Ricardo da Silva Gomes, Heloá
Caramuru Carlos, Bruna Garcia da Cruz
Canellas, Vitor Estanislau de Almeida Souza,
Amanda Honório Nunes, Bárbara Grusag,
Carolina Negreiros, Dávylia Ribeiro Lopes,
Leonardo Vicente Souza Luiza de Freitas
Ferreira, Melissa dos Santos Cabral e Rayane
Ribeiro Rodrigues.

ISSN: 2965-923X

Justiça Social e Econômica



Escrito por:
Melissa Cabral

Racismo Ambiental

Você já ouviu falar em racismo ambiental? Apesar de ser um tema aparentemente novo, o assunto é bem antigo e polêmico. Primeiramente, preciso deixar claro que não sou nenhuma especialista, mas trago exemplos do que a ciência já confirma sobre o tema. Quando o assunto é ciência, é aí que eu entro.

As populações mais vulnerabilizadas como as populações periféricas são as principais vítimas da degradação ambiental. Um exemplo disso são as populações que precisam viver em favelas e áreas construídas em encostas íngremes, sujeitas a deslizamentos de terra e enchentes, que acabam sendo as mais afetadas. Sendo assim, vítimas do racismo ambiental.

A expressão racismo ambiental denuncia a distribuição do impacto ambiental que claramente não acontece de forma igualitária entre as classes sociais.

Basta passear por uma favela e uma região nobre que facilmente conseguimos observar a diferença de cuidados com o saneamento básico, coleta de lixo, despejo de resíduos nocivos, manutenção de áreas verdes. Isso acontece quando há essas áreas em regiões marginalizadas e historicamente invisibilizadas pelo governo. Além disso, temos a grilagem e a exploração de terras pertencentes a povos locais, como ribeirinhos e tribos indígenas. A falta de políticas públicas que impeçam essa forma de discriminação contribui para a manutenção desse cenário de exclusão que sempre foi evidente na sociedade, mas nunca citado antes com o olhar científico. Segundo Marcos Bernardino de Carvalho, professor de Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP: “Quanto mais resíduo, quanto mais maltratado for o ambiente e quanto mais você despejar dejetos nesses lugares, mais

“você consolida essa situação de desigualdade e discriminação absurda”.

Carvalho explica que, entre as décadas de 1950 e 60, houve um movimento de direitos dos civis americanos, criado pelo ativista afro-americano Benjamin Franklin Chavis Jr, que chegou a atuar como secretário de um dos líderes do movimento dos direitos civis Martin Luther King Jr. Benjamin se destacou por fazer denúncia sobre a questão da população mais vulnerabilizada, especificamente a população negra, que era (e ainda é) a população mais vitimada pela degradação ambiental e isso está diretamente ligado ao termo.



Martin Luther King Jr

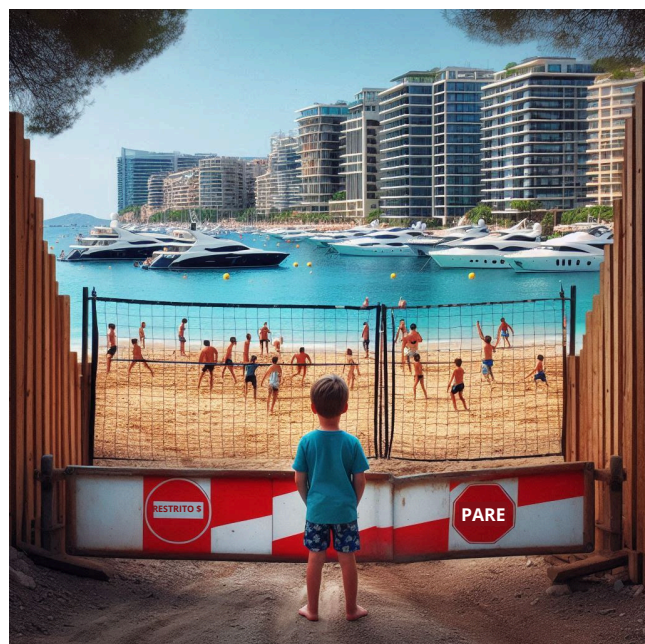
Racismo Ambiental x Privatização de praias.

Qual a relação entre o Racismo Ambiental com a possível privatização das praias? Bom... Um exemplo disso são os ribeirinhos da região de Beira Mar de Fortaleza que possuem um espaço para pescadores locais, que reduz a cada ano. Uma comunidade inteira pode ser afetada com a nova política de privatização, e quando falamos de comunidades, não estamos falando apenas dos ribeirinhos. Povos originários também entram nessa, podendo perder os terrenos onde nasceram e cresceram naquela região.

Olhando mais amplamente para o contexto geral e falando de forma mais clara, toda a classe social que não possuir recursos para adquirir um imóvel à beira-mar será afetado. Em outras palavras, só os grandes empresários terão a chance de possuir o local, sendo assim, isso vai acentuar a desigualdade social, especialmente em relação ao acesso equitativo a espaços recreativos e oportunidades de lazer para diferentes grupos socioeconômicos.

Você acha isso justo? Conte-nos sobre o assunto nas nossas redes e na caixinha de perguntas do podcast.

Uma outra abordagem sobre esse assunto da privatização é como essas áreas serão administradas. No litoral do Ceará, os municípios não têm nem ao menos um plano municipal de gerenciamento costeiro e nenhuma gestão para garantir que não ocorrerá a perda de vegetação e a perda de biodiversidade. Imagine a gestão dessas áreas privatizadas. É muito claro que apenas o lucro será o alvo final dessa barganha política.



Qual sua opinião sobre isso?
Nos conte na caixinha de perguntas do Spotify.



A ocupação das praias pelo setor turístico e seus impactos

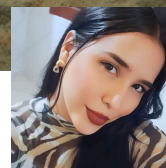


Clique no microfone e
ouça o episódio

Ocupação das Praias

A ocupação dos espaços públicos pelo setor turístico é uma realidade frequente no Brasil, especialmente nas regiões litorâneas urbanas. Bares, restaurantes, pousadas, resorts, hotéis e outros componentes do setor hoteleiro muitas vezes utilizam as orlas marítimas como se fossem propriedades privadas, embora essas áreas sejam, por lei, de uso comum do povo e pertencentes à União.

Nos últimos anos, essa prática tem gerado debates acalorados na sociedade. A questão central é entender como essas ocupações são realizadas e quais são os fundamentos legais (ou a falta deles) que as sustentam. Para o setor hoteleiro, a ocupação de áreas de praia representa um cenário ideal que promove o turismo e gera empregos e renda. No entanto, é crucial que essas ocupações respeitem o direito coletivo ao uso desses espaços.



Escrito por:
Dáyyla Ribeiro

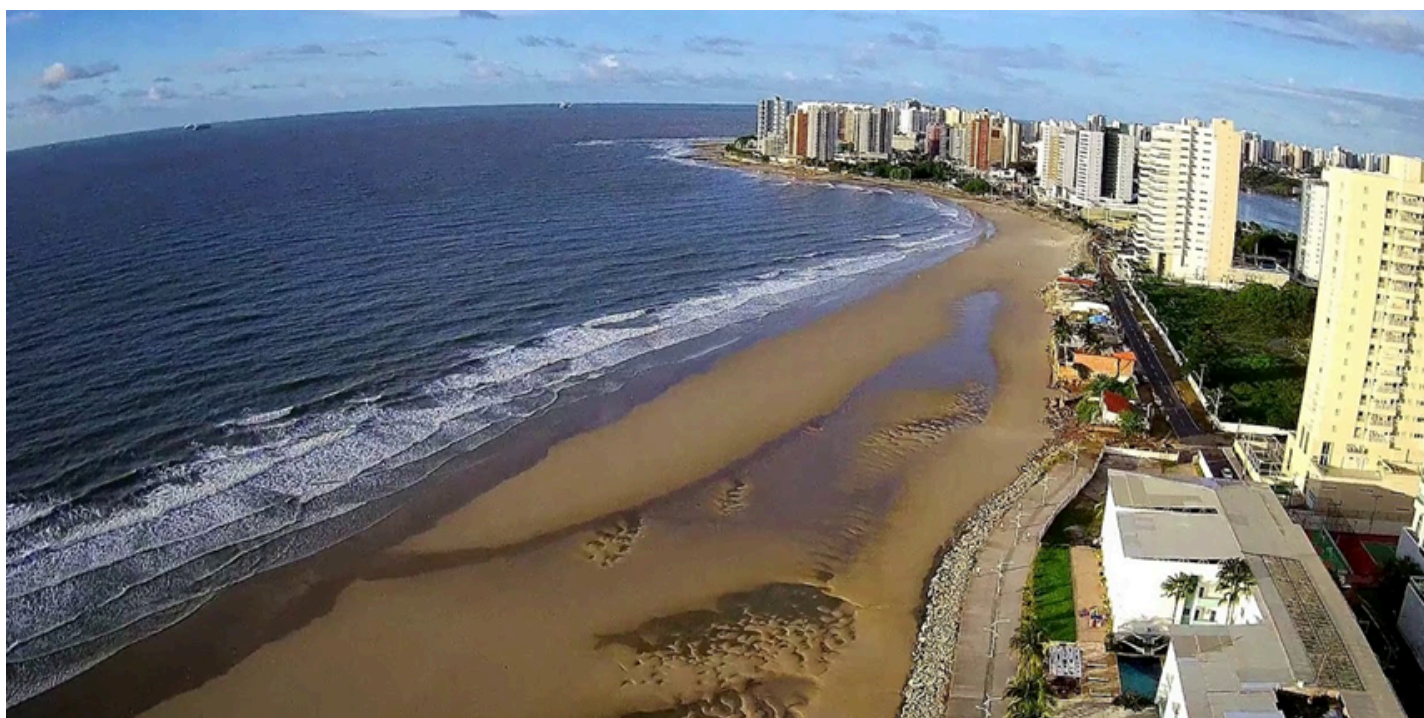
Nas grandes cidades, as orlas marítimas se tornaram locais de disputa entre grupos com alto poder aquisitivo, resultando na criação de condomínios residenciais de luxo e empreendimentos turísticos de alto padrão, como hotéis e resorts. Essa ocupação gera conflitos sociais, pois limita o acesso público e cria tensões entre os interesses privados e os direitos coletivos.

Um exemplo claro dessa ocupação indevida pode ser observado em São Luís/MA, na Península da Ponta d'Areia. Nessa região, muitas construções estão em situação irregular, restringindo ou até impossibilitando o livre acesso à orla e ao mar. A legislação vigente não permite essas ocupações, mas a prática persiste devido à pressão econômica e ao potencial lucrativo do setor turístico.

É importante destacar que a indústria do turismo e hotelaria, apesar de necessitar de altos investimentos e explorar recursos naturais para se manter competitiva, deve operar dentro dos limites legais. A busca pelo desenvolvimento econômico não pode sobrepor-se aos direitos coletivos e ao acesso público aos espaços naturais.

As leis brasileiras defendem tanto o direito à propriedade quanto o interesse coletivo. Portanto, é essencial encontrar um equilíbrio entre esses interesses, assegurando que a utilização dos espaços públicos respeite os princípios de uso comum e a preservação do meio ambiente

Em suma, a ocupação das praias pelo setor turístico é um tema complexo que exige uma abordagem equilibrada, considerando os benefícios econômicos do turismo e os direitos coletivos ao uso e preservação dos espaços públicos. A regulamentação adequada e a fiscalização rigorosa são fundamentais para garantir que o desenvolvimento turístico ocorra de maneira sustentável e justa.



Fonte: Ergus Engenharia, 2020.



CONHEÇA
NOSSO PODCAST:

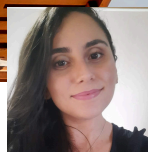
PODCAST BIOLOGIA IN SITU



DEEZER



OUÇA NA PLATAFORMA DE SUA PREFERÊNCIA.



Escrito por:
Cristianne Santos

Os Desafios na Regulamentação e Governança das Praias Privatizadas

A privatização de praias no Brasil é um tema que desperta intensos debates e apresenta uma série de desafios para a regulamentação e governança dessas áreas. A seguir, discutimos alguns dos principais desafios, incluindo questões legais, fiscalização, responsabilidade ambiental e participação pública na tomada de decisões.



Questões Legais

No Brasil, as praias são consideradas bens públicos de uso comum, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pelo Código Civil. No entanto, a privatização de áreas adjacentes às praias e o acesso restrito a determinadas faixas de areia levantam questões jurídicas complexas. É necessário um arcabouço legal claro que defina os limites da propriedade privada e garanta o acesso público, equilibrando o direito à propriedade com o direito ao uso comum.

A fiscalização das praias privatizadas no Brasil enfrenta desafios significativos. A responsabilidade é compartilhada entre diversas esferas de governo — municipal, estadual e federal — e a coordenação entre esses órgãos é fundamental para uma fiscalização eficaz. Recursos limitados e a extensão da costa brasileira complicam ainda mais essa tarefa.

Planos de Contingência e Resposta

A falta de fiscalização adequada pode resultar em construções irregulares, poluição e degradação ambiental, comprometendo a saúde dos ecossistemas costeiros.

A responsabilidade ambiental é uma preocupação central na gestão das praias privatizadas no Brasil. Os proprietários privados têm a obrigação de preservar os ecossistemas costeiros, que são extremamente sensíveis e vulneráveis às atividades humanas. Isso inclui a proteção de habitats naturais, o controle da erosão costeira e a manutenção da qualidade da água. Iniciativas como certificações ambientais e incentivos para práticas sustentáveis podem promover uma maior responsabilidade entre os proprietários.



Participação Pública na Tomada de Decisões

A participação pública é crucial para a governança democrática e eficaz das praias no Brasil. A população local, turistas e grupos de interesse devem ter voz ativa nas decisões que afetam o uso e a gestão dessas áreas. Mecanismos como consultas públicas, audiências e fóruns de debate são essenciais para assegurar a inclusão da comunidade nos processos decisórios. Transparência e prestação de contas são fundamentais para construir confiança e garantir que os interesses da sociedade sejam adequadamente considerados.

A regulamentação e governança das praias privatizadas no Brasil apresentam desafios complexos que requerem uma abordagem multidisciplinar e colaborativa. Questões legais, fiscalização, responsabilidade ambiental e participação pública são elementos interconectados que precisam ser gerenciados de forma integrada para garantir a sustentabilidade e a equidade no uso das praias. Apenas por meio de uma governança inclusiva e eficaz será possível equilibrar os interesses privados e públicos, protegendo esses valiosos recursos naturais para as futuras gerações.





Imagem: Luiza Ferreira



Escrito por:
Luiza Ferreira

Introdução

Até aqui, viemos falando da conhecida PEC das Praias, mas o que significa PEC? A sigla PEC significa proposta de emenda constitucional. Essa proposta pode permitir que terrenos do litoral, atualmente pertencentes à União, sejam transferidos para Estados, municípios e proprietários privados.

Na legislação atual existe a possibilidade de que pessoas e empresas usem as terras pertencentes à União, mas para que isso ocorra é necessário que sejam pagos impostos específicos. Segundo o projeto, seriam autorizados a venda dos terrenos para empresas e pessoas que já estejam ocupando a área. E assim, os lotes deixariam de ser compartilhados entre o governo e quem os ocupa, para pertencer apenas a um dono, como um hotel ou resort.

VOCÊ SABIA?

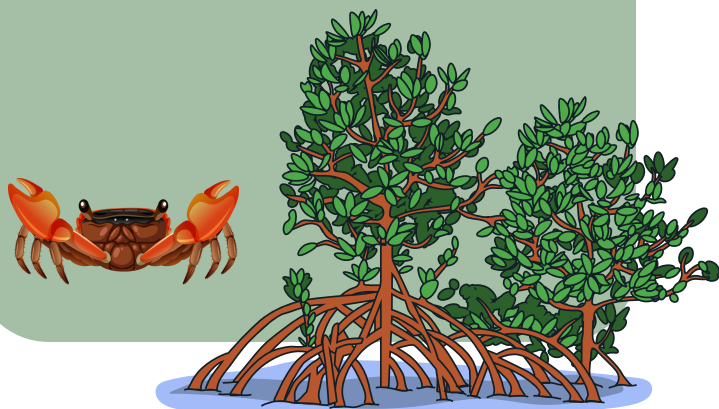
A emenda constitucional, é uma modificação imposta à Constituição Federal depois da sua promulgação. Esse processo permite que a Constituição do nosso país possa ser modificada em partes, garantindo que possam existir adaptações no texto da Constituição de acordo com as mudanças sociais.



Impactos ambientais

Com a possibilidade de venda desses terrenos para empreendimentos privados, a tendência é de aumento da degradação ambiental nas regiões próximas ao litoral, como nos mangues e nas restingas. É importante lembrar que essas regiões funcionam como berçários naturais para diversas espécies, além de servirem como estabilizadores da linha da costa. Outro ponto importante é que as comunidades tradicionais dependem de um ecossistema marinho saudável para sobreviverem, comunidades como os caiçaras, quilombolas, ribeirinhas e povos indígenas.

CONHECER PARA CONSERVAR...



Mangue

É uma formação litorânea que está presente em praticamente todo o litoral brasileiro, se estendendo do Amapá até o sul do país. É um ambiente que apresenta uma mistura de água doce e salgada. Quando a maré está baixa a salinidade da água permanece baixa, e quando a maré sobe ocorre um aumento da salinidade no local.

Essa grande variação de salinidade restringe quais são as plantas capazes de viver nesse ambiente. A vegetação presente no mangue é chamada de halófita, ou seja, são plantas que vivem no mar ou próximas dele, e que apresentam uma tolerância à salinidade. Essa tolerância pode chegar a cerca de 15g de cloreto de sódio (sal) por litro.

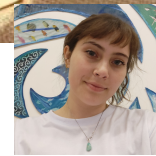
O solo dos manguezais exala um forte cheiro, um tanto quanto desagradável. Muitas pessoas se incomodam com o cheiro e acham que isso acontece devido a algum tipo de poluição, mas nesse caso é somente uma característica de ambientes com altas concentrações de matéria orgânica e baixas concentrações de oxigênio.

Nesse ecossistema também são encontrados um grande número de plantas com raízes respiratórias, aéreas ou pneumatóforos. Esse tipo de planta apresenta raízes principais que crescem paralelas ao solo, e a partir dessas raízes paralelas crescem os pneumatóforos que ficam localizados de forma perpendicular ao solo. Em momentos de maré baixa, os pneumatóforos ficam expostos, permitindo a realização de trocas gasosas. São estruturas que ajudam essas plantas a viverem nesses ambientes alagados e com pouco oxigênio no solo.

O mangue absorve o impacto das ondas devido às suas raízes aéreas, essa proteção diminui a erosão marinha e, conseqüentemente, aumenta a disponibilidade de matéria orgânica presente no sedimento. Essas raízes também impedem a entrada de animais maiores, sendo um local propício para a desova de muitos peixes e crustáceos (como o crustáceo da foto de capa desta sessão, que foi tirada por mim, na lupa de mesa do laboratório). Essa falta de predadores e a grande fartura de alimentos faz com que os mangues sejam considerados os verdadeiros berçários marinhos.



UM OLHAR GLOBAL SOBRE DIREITOS E ACESSO



Escrito por:
Bárbara Grusag

Introdução

A questão da privatização das praias envolve mais do que apenas uma simples disputa territorial, é um debate profundo sobre o direito de acesso à natureza e as implicações de uma lógica neoliberal que prioriza o lucro. Vamos explorar essa questão em um contexto global, com exemplos concretos e uma análise das consequências socioeconômicas e ambientais.

A Itália possui um extenso litoral, com 8 mil km de costa, e com ele possui uma história de concessões. Desde 1960, o governo italiano passou a conceder suas praias à iniciativa privada. Estima-se que 33% das praias do país estão sob concessão para exploração econômica, seja pela cobrança de taxas de acesso ou por meio de serviços oferecidos, alugueis de guarda-sóis, cadeiras etc.

Hoje, a Itália é um dos países com maior percentual de praias privatizadas. Em alguns locais, existe cobrança para jogos ou filmagens e caso não sejam cumpridas as regras do local, o visitante pode receber uma multa, que não deve ser nada barata. Esse cenário cria uma barreira socioeconômica que exclui muitos cidadãos de acessarem esses espaços públicos. O órgão italiano de defesa do consumidor (Federconsumatori) indica uma diminuição de 37% no número de trabalhadores que frequentavam as praias durante as férias de verão. Outra pesquisa publicada pelo Instituto Nacional de Estatística da Itália publicou que 41,9% dos cidadãos italianos afirmaram não conseguir arcar com os custos de uma semana de férias na praia.



Por outro lado, na Austrália, a maioria das praias é mantida como domínio público, com leis rigorosas para assegurar que todos possam acessar o litoral. Esse compromisso com o acesso público é um exemplo positivo de como as políticas governamentais podem equilibrar o desenvolvimento econômico com a justiça social e a preservação ambiental. No entanto, mesmo na Austrália, há uma crescente pressão do setor privado para desenvolver áreas costeiras exclusivas, o que pode, no futuro, ameaçar esse modelo inclusivo.

A privatização das praias é impulsionada por uma lógica neoliberal que valoriza a maximização de lucros. No entanto, essa abordagem tem um custo social significativo. Ao limitar o acesso a um recurso natural essencial como as praias, as políticas de privatização podem exacerbar desigualdades sociais e excluir comunidades inteiras do acesso ao lazer e à natureza. Além disso, a privatização pode levar à degradação ambiental, já que a proteção dos ecossistemas muitas vezes é sacrificada em nome do desenvolvimento turístico.

É indiscutível que governos e sociedades civis reconheçam o valor intrínseco das praias como espaços públicos. O acesso equitativo a esses espaços é fundamental não apenas para o bem-estar físico e mental das pessoas, mas também para a manutenção de uma sociedade mais justa e inclusiva e para proteção dessas áreas sensíveis. O debate sobre a privatização das praias é, portanto, um chamado à ação para proteger o direito de todos ao acesso livre e irrestrito aos recursos naturais, promovendo uma coexistência harmoniosa entre o desenvolvimento, proteção ambiental e justiça social.





SUA IDEIA NA REVISTA

tem alguma sugestão
de tema ou assunto,
que gostaria de ver no

BIOLOGIA IN SITU??

mande ela para nós!

cartinhas@biologiainsitu.com.br



www.biologiainsitu.com.br/contato



[@biologiainsitu](https://www.instagram.com/biologiainsitu)



A BIO IN SITU TÁ TÃO NA SUA



Escrito por:
Leonardo Vicente

Importância do Marketing Pessoal

Quantas vezes você já se deparou com a seguinte reação: Pensar em algo, uma ideia, e não saber colocá-la em palavras ou no papel? E quando isso é relacionado a você? E mais, como profissional de determinada área.

Pode ser insegurança? Muitas vezes sim. Pode ser timidez? Sim, também, em sua maioria. Mas pode também ser a falta de entender o marketing pessoal. Estamos acostumados a ver e ser impactados por marketing de inúmeras empresas e produtos, mas não paramos para analisar o marketing de pessoas ou personas, sim. E, no momento atual de redes sociais e influencers, isso é muito importante e deve ser comum.

Autoconhecimento aplique Matriz FOFA

SWOT ou aportuguesando para FOFA é uma das ferramentas de marketing mais conhecidas para análise de mercado e cenário, para você tirar sua ideia do papel e analisar chances de sucesso.

Vou preferir utilizar o termo português aqui no texto, para maior proximidade a nossa realidade e fácil assimilação.



Vemos muitos profissionais se formarem e, após entrar em processo de pleitear uma vaga ou se lançar no mercado de trabalho, empacar na hora de "vender o seu peixe".

Primeira coisa a colocar na cabeça: você sabe, você tem especialidade. Pare de, muitas vezes, se comparar ao outro, citar alguém quando você é detentor de muita informação, tem bagagem, precisa agora de experiência, ok, mas não se desvalorize... Trabalhe sua autoestima.



É importante entender o que você deseja. Se é trabalhar em algum nicho específico de sua área, investigue, busque referências, veja como outros profissionais semelhantes postam e vendem seu conteúdo. Isso é benchmarking.

Benchmarking

Benchmarking: é uma análise estratégica das melhores práticas usadas por empresas do mesmo setor que o seu.

Entende? é o famoso "Copia, mas não faz igual!". Brincadeiras à parte, o benchmarking é muito importante para você saber como está a área onde pretende atuar, e saber como conversar com seu público alvo, quem você pretende atingir com seu trabalho.

Comece a produzir conteúdos, rascunhe, rascunhe e rascunhe até encontrar o seu caminho, pensando sempre na visão do espectador e você como autoridade no assunto. Só colocando em prática que você encontrará afinidade com o assunto e encontrará a sua forma autêntica de se comunicar.



Networking

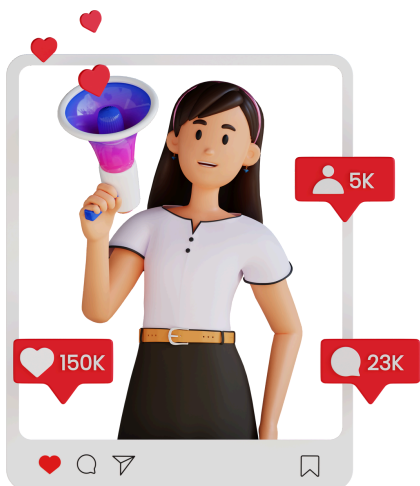
Networking: Construir uma rede de contatos, trocar experiências que podem te ajudar e potencializar sua carreira.

Um bom networking pode ser fundamental. Participar de conferências, eventos de sua área, conhecer profissionais que podem te ajudar, parcerias e oportunidades.



Redes sociais

Crie um perfil profissional. Criar um público nas redes sociais é muito prático e com custos muito reduzidos do que anúncios tradicionais de marketing. Isso te ajudará a testar muitos conteúdos, informações. Entender o seu público é a melhor forma de se relacionar com ele, seja interativo e bem responsivo.



Identidade

Crie uma identidade, uma marca própria para se identificar. Isso tornará sua divulgação e reconhecimento mais fáceis. É interessante criar uma logo e, conforme for a sua caminhada, facilitará a criação de um site e a associação das pessoas entre você e sua marca.



Promova seu trabalho

Cada passo que der, cada projeto, mostre ao público, registre, tire fotos, grave vídeos curtos. Isso te dará mais credibilidade e reconhecimento. Crie um blog, um portfólio do seu trabalho, é bem interessante para criar sua autoridade e mostrar seus resultados.



Interação

Sempre responda as pessoas que entrarem em contato, seja pelas redes sociais, email etc. Faça uma lista de contatos e mantenha comunicação com eles, quando eles precisarem lembrarão facilmente de você.

Procure manter sempre a integridade, saber o que faz ou não, não prometer algo que não possa cumprir. Assim o público será fiel ao seu trabalho e divulgadores constantes - o tão aguardado e infalível "boca a boca".



Em suma, o marketing pessoal é uma ferramenta crucial para qualquer profissional que busca se destacar e alcançar seus objetivos no mercado de trabalho.

Ao dominar conceitos como autoconhecimento, análise FOFA, benchmarking, networking e construção de uma identidade profissional, você se posiciona de maneira mais eficaz e autêntica. O desenvolvimento de uma estratégia sólida de marketing pessoal permite que você comunique claramente suas habilidades, construa uma rede de contatos valiosa e crie uma marca pessoal que ressoe com seu público-alvo.

Com a prática constante e a promoção ativa de seu trabalho, você não só melhora sua visibilidade e reputação, mas também estabelece uma base sólida para o crescimento e sucesso contínuos. Lembre-se de que o marketing pessoal é um processo dinâmico e contínuo, que exige adaptação e evolução conforme você avança em sua carreira.

Portanto, dedique tempo e esforço para aperfeiçoar suas estratégias e mantenha sempre a integridade e autenticidade em sua abordagem, pois são esses elementos que garantirão uma conexão duradoura e confiável com seu público.



PONDO A MÃO NA MASSA



Criação de conteúdo

SUGESTÃO DE ASSUNTO: Privatização das praias brasileiras

Vamos imaginar o seguinte cenário:

Você é um profissional de biologia e começa a elencar temas que gostaria de falar. Decide criar conteúdos sobre a privatização das praias aqui do Brasil - assunto super badalado no momento, que vem tomando conta dos noticiários nacionais, com opiniões a favor como também opiniões contra essa privatização.

Então, você precisa se inserir no meio digital através das redes sociais!!



Escrito por:
Leonardo Vicente

1) Crie um perfil novo comercial ou utilizar seu próprio, deve ser comercial para você poder ter acesso a métricas como engajamento de postagens, informações relevantes sobre público, que somente este tipo pode te dar acesso.



2) Criar uma identidade visual e no caso do perfil pessoal, definir o padrão dos seus posts.



3) Definir assuntos de cada post: criar seu próprio conteúdo é uma maneira bacana de começar a falar com o público, mais didático mesmo, para garantir a compreensão da maior parte das pessoas e afinidade com seu perfil.



Ao invés de ficar em brigas polêmicas nas redes sociais, você vai pôr em prática o que aprendemos no texto anterior.

Uma forma legal de trabalhar os conteúdos a serem tratados é elencar dicas e tópicos, pois chamam a atenção. Pensando no tema das privatizações que foi o assunto principal, é interessante, sucintamente, explicar o que significa privatização e, a partir daí, seguir com conteúdos interessantes sobre o tema.

- **Explicar o que é privatização**
- **Qual área das praias que serão privatizadas**
- **Quais as principais praias do Brasil**



Até o ponto de expor sua opinião sobre o tema, justificar de forma eloquente para que todo público que entrar em contato com sua informação possa entender de forma clara e também interagir e engajar seu conteúdo.

EXEMPLOS

- 1 5 motivos para dizer não à Privatização das Praias
- 2 Praias privatizadas - Benefícios aos ricos ou aos pobres?

Após, é necessário definir o tipo de postagem que utilizará em cada assunto.



Reels - vídeos rápidos, curtos



Vídeos até 50s



Carrossel com três ou mais imagens

Esses são os conteúdos que mais engajam, claro que não excluem a postagem de imagens únicas e stories, porém, é necessário ter essas informações em mente quando for definir as estratégias de conteúdos.

É bom ter em mente como o Instagram funciona e basicamente serve para as demais redes sociais também:

Feed = Prospecção (novos públicos)

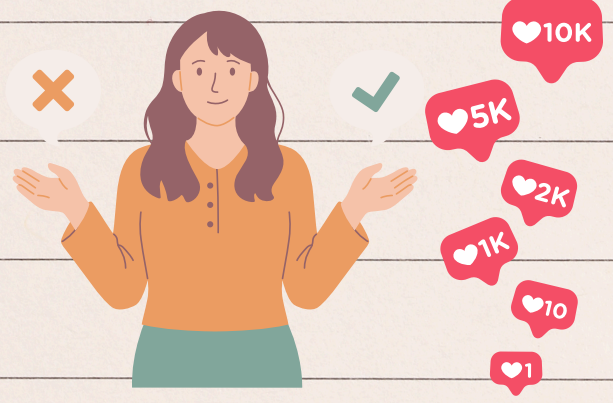
Reels = Prospecção

Live = Prospecção e Fidelização

Story = Fideliza

Não subestime o propósito dos stories, pois é a ferramenta para manter seu público fiel a sua proposta, ao seu perfil.

Use bastidores das suas criações, reforce conteúdos e diálogos com caixinhas de perguntas, mostre hobbies (vida real), depoimentos e reportagens.



NOSSAS PRAIAS, NOSSO DIREITO!

1

DIREITO DE ACESSO

As praias são bens públicos e devem ser acessíveis a todos. A privatização impede o livre acesso e exclui a população.



2

IMPACTO AMBIENTAL

A privatização pode levar à degradação ambiental e à construção desenfreada, prejudicando ecossistemas e a fauna local.

3

IMPACTO SOCIAL

Privatizar praias aumenta a desigualdade social, pois só quem pode pagar terá acesso a esses espaços naturais.



4

BENEFÍCIOS DAS PRAIAS PÚBLICAS

As praias públicas promovem a saúde, bem-estar, e igualdade social, além de serem importantes para a cultura e lazer das comunidades locais.



Acesse
nosso site!



www.biologiainsitu.com.br

MANTENHA-SE INFORMADO SOBRE BIOLOGIA

- RÁPIDO
- RESPONSIVO
- ENTRETENIMENTO
- CURIOSIDADES
- HUMOR
- CULTURA
- LINGUAGEM ACESSÍVEL

»»» NOS SIGA TAMBÉM NO
INSTAGRAM

@biologiainsitu

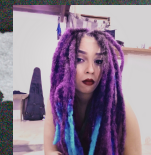


**nossa
equipe está
crescendo.**

**contamos agora com
equipe de Design!**



Amanda Honório



Carolina Negreiros



Leonardo Vicente



Rayane Rodrigues

Equipe Biologia In Situ
EM EXPANSÃO!





Produção de Texto

Bárbara Grusag
Cristianne Santana Santos
Dávyllya Ribeiro Lopes
Luiza de Freitas Ferreira
Melissa dos Santos Cabral

Edição

Cristianne Santana Santos
Ricardo da Silva Gomes
Heloá Caramuru Carlos
Bruna Garcia da Cruz Canellas
Vitor Estanislau de A. Souza Lopes

Arte

Amanda Honório Nunes
Carolina Negreiros
Leonardo Vicente Souza
Rayane Ribeiro Rodrigues



APOIE NOSSO PROJETO

apoia.se/biologiainsitu

Picpay: [@biologiainsitu](#)

Pix: cartinhas@biologiainsitu.com.br

BIO **IN**
SITU